

Haddad apressa-se para completar tributária

Ministro considera regulamentação prioridade para 2024

Por Ana Paula Marques

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), já mandou avisar que a regulamentação da reforma tributária neste ano só depende do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT). O chefe da pasta afirma que o tema é prioridade da equipe econômica e que dois projetos estão sendo formulados. Mas o tempo é curto. Aprovada em dezembro de 2023, sem os projetos de lei complementar que a regulamentarão, a reforma é só uma carta de intenções, sem possibilidade de avanço prático.

Parlamentares estão preocupados com o tempo. Eles alegam que a regulamentação da reforma poderia ficar para 2025, já que neste ano o Congresso Nacional já tem intensa agenda. Além disso, no segundo semestre, Câmara e Senado deverão ficar esvaziados por conta das eleições municipais.

Entretanto, Haddad não deve aceitar a possibilidade. No seu calendário, os projetos de lei complementar que regulamentam a reforma tributária podem ser aprovados este ano. O problema é que eles ainda sequer acabaram de ser formulados pela equipe econômica. Depois, terão de ser enviados para começar a tramitar. Haddad imagina que a possibilidade de aprovação pode ainda acontecer este ano, ainda que somente depois das eleições municipais de outubro. Haddad também defende que aprovar a regulamentação nesse ano seria importante para a reputação econômica do país internacionalmente.

Assuntos econômicos

Os projetos que Haddad irá encaminhar ao Congresso serão analisados nas duas Casas. Ao Correio da Manhã, o presidente da Comissão de Assuntos Eco-



Wilson Dias/Agência Brasil

Haddad quer regulamentar reforma ainda este ano

nômicos (CAE) do Senado Federal, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), disse que os senadores do colegiado estão dispostos a colaborar com as pautas econômicas.

“Irei me reunir logo depois do feriado da Semana Santa com o ministro Haddad para discutir a regulamentação. Estou disposto a abrir mão dos grupos de trabalho da CAE para acelerar a tramitação dos projetos que ainda precisam de análise, e assim, acelerar a regulamentação da reforma tributária”, declarou o senador.

Ele acredita ser possível analisar o tema ainda nesse ano, se for costurado acordo entre governo e congressistas. Entretanto, o senador afirma que “ainda não podemos bater o martelo por ser preciso que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), converse com os líderes parlamentares”, afirma.

Mas o próprio Vanderlan Cardoso é alguém que terá no segundo semestre seu foco desviado para as eleições municipais. Ele é candidato a prefeito de Goiânia, capital do seu es-

tado. Levantamento do Paraná Pesquisas de fevereiro mostra Vanderlan empatado na disputa do município com a deputada Adriana Accorsi (PT) e o deputado Gustavo Gayer (PL). Adriana tem 22,1%; Vanderlan, 20,6%, e Gayer, 19,7%.

Recorde

Enquanto discute o avanço da reforma, o governo bateu recorde de arrecadação em fevereiro deste ano, somando R\$ 186,5 bilhões e uma alta real de 12,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado. O número representa o melhor resultado já registrado para o mês na série histórica da Receita Federal, iniciada em 1995. Os dados foram divulgados na quinta-feira (21) pelo órgão.

Uma boa notícia para o ministério da Fazenda, que desde o começo do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vem elaborando e aprovando diversas pautas econômicas no Congresso voltadas para a arrecadação. Haddad prometeu zerar o déficit fiscal neste ano e essas

matérias são imprescindíveis para que o plano dê certo.

A notícia parece ser boa também para os parlamentares que agora podem questionar o discurso do ministro Haddad em que ele pede responsabilidade fiscal. O entendimento é que o governo não precisaria mais segurar as emendas parlamentares.

Em janeiro, o presidente Lula vetou R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão. A decisão recebeu críticas de parlamentares e o presidente da Câmara, Arthur Lira, chegou a declarar que o governo não cumpria os acordos firmados entre os poderes. Em dezembro, o Congresso aprovou que seriam encaminhados as emendas o total de R\$ 16,7 bilhões, mas, com o veto, o montante caiu para R\$ 11,1 bilhões.

Haddad chegou a comentar o caso e declarou que o governo cumpriu com todos os acordos costurados com os parlamentares e defendeu que “o que o presidente vetou foi o que não foi acordado com o Executivo, e isso foi reconhecido pelo próprio Lira”, disse.

Reprovação de Lula empata com aprovação, diz Datafolha

Por Rudolfo Lago

Pesquisa do Datafolha divulgada na quinta-feira (21) corrobora o alerta para o governo que já tinha sido apontado por três outros levantamentos: a popularidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva está caindo. Segundo o Datafolha, o índice dos que desaprovam o governo empatou com o percentual dos que aprovam, dentro da margem de erro, que é de dois pontos percentuais. Consideram o governo Lula bom ou ótimo, 35%. Avaliam o governo como ruim ou péssimo, 33%. Aham o governo regular, 30%.

A pesquisa reforça o cenário desfavorável ao mostra que as oscilações, com relação ao levantamento anterior, feito em dezembro do ano passado, ficaram acima da margem de erro. A aprovação do governo caiu três pontos percentuais: na rodada anterior, era de 38%. O mesmo aconteceu com relação à desaprovação, que subiu também três pontos, de 30% para 33%. O percentual dos que consideram o governo regular manteve-se o mesmo: 30%.

O levantamento foi realizado entre os dias 19 e 20 de março. O Datafolha ouviu 2.002 pessoas em 147 municípios de todo o país.

Alerta

A aferição do Datafolha corrobora o que já tinha sido apor-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Datafolha reforça as dificuldades de Lula

tado em pesquisas anteriores do Atlas/Intel, Quaest e Ipec. Em todas elas, a popularidade do governo Lula ganhou. Algo que não surpreendeu o próprio presidente. Em entrevista recente, o presidente reconheceu que o governo vem entregando menos do que prometera.

Por isso, na segunda-feira (18), Lula fez uma reunião ministerial para fazer cobranças de resultados aos ministros. A maior cobrança foi feita ao setor de saúde. Lula chegou a cobrar na própria reunião de segunda a ministra da Saúde, Nísia Trindade. A ministra chegou a chorar durante a reunião, reclamando da pressão política que se abate sobre ela.

Saúde

No dia seguinte, Lula voltou a chamar Nísia e sua equipe

para uma conversa específica no Palácio do Planalto. Há um incômodo com relação a vários pontos da saúde. O que mais incomoda Lula é a condução das ações de combate à epidemia de dengue. Para o presidente, o Ministério da Saúde não está conseguindo controlar o avanço da doença. E ainda gerou falsas expectativas quanto à possibilidade de vacinas contra a dengue na rede pública.

Mas há ainda problemas relacionados à gestão dos hospitais federais e falta de transparência em repasses. Como mostrou o Correio da Manhã na quarta-feira (20), uma portaria revogou, por exemplo, critérios objetivos de avaliação de qualidade na área cardiológica, o que levou a aumento em preços de OPMs (Órteses, Próteses e Materiais Especiais).

Antes, o Correio já mostrara os problemas nos repasses para municípios nas áreas de alta e média complexidade. O ministério repassou R\$ 55 milhões para Cabo Frio; exatamente um mês depois, o filho da ministra, Márcio Lima Sampaio, foi nomeado secretário de Cultura do município. Esta semana, Nísia demitiu dois auxiliares por conta dos problemas na gestão dos hospitais: Helvécio Magalhães, que exercia a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, e Alexandre Telles, que era o diretor do Departamento de Gestão Hospitalar do Rio de Janeiro.

Outra área com problemas é a segurança pública. Há 30 dias, dois presos fugiram no Presídio de Segurança Máxima de Mossoró (RN). Apesar de todo o efetivo mobilizado, não há qualquer sinal deles. Pesquisas apontam a segurança como a área de maior preocupação da sociedade no momento.

Também há preocupações econômicas. A sociedade demonstra insatisfação especialmente com a alta do preço dos alimentos.

Nos três meses que separam as rodadas do Datafolha, o governo viu recrudescer novamente o antipetismo, depois do ato promovido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 25 de fevereiro, e as ações feitas pela oposição.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Carreras: empresas indevidamente beneficiadas

Perse: deputado aponta erros em lista da Receita

Parlamentares que defendem a manutenção de isenção tributária do setor de eventos até 2027 questionam os dados do Ministério da Fazenda que detalham os benefícios fiscais obtidos via Perse, como é chamado o programa. Depois de editar medida provisória que acabava com as concessões, o governo agora tenta diminuir o volume do que deixa de arrecadar

com impostos. Segundo o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) a planilha elaborada pela Receita Federal inclui empresas que, pela lei, não deveriam ter sido beneficiadas pelo Perse e outras que foram excluídas do programa em maio do ano passado. Essas isenções computadas não deveriam, portanto, servir para projeções de futuros gastos tributários.

Indevidas

De acordo com Carreras, dos R\$ 13 bilhões que o governo prevê deixar de arrecadar graças ao Perse em 2023 (os dados só serão fechados em julho), R\$ 3,386 bilhões (25%) são de empresas que nunca deveriam ter sido relacionadas ou que já foram saídas do programa.

Diminuição

Entre essas empresas — 1.809 no total — estão as de setores como as de limpeza em prédios e em domicílios e de transportes aéreo e rodoviário coletivo de passageiros. Sem esses dois grupos de empresas, o incentivo fiscal de 2023 cairia para R\$ 9,8 bilhões.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ministro Haddad quer diminuir benefícios

Setor calcula que isenção de 2023 foi de R\$ 6,4 bilhões

Estudo encomendado pelos setores de eventos e turismo calculou que o Perse, se aplicado corretamente, teria gerado uma isenção de R\$ 6,4 bilhões em 2023. A Fazenda chegou a falar em R\$ 17 bilhões, depois reduziu suas estimativas. O programa foi criado para compensar as perdas que empresas da área tiveram durante a

pandemia. Os números da Receita mostram que o setor hoteleiro foi o mais beneficiado no ano passado, quando acumulou isenções de R\$ 2,8 bilhões, 21% do incentivado. Depois, vieram os restaurantes (R\$ 938 milhões) e organizadores de feiras, congressos, exposições e festas (R\$ 789 milhões).

UTIs fechadas

O Censo Hospitalar, que mostra vagas em hospitais públicos do Rio, mostra que 30 dos 39 leitos da UTI e da Unidade Intermediária do Hospital Federal da Lagoa não podem ser utilizados. No Hospital Federal de Bonsucesso, 12 dos 36 leitos estão na mesma situação.

Poucas vagas

A crise na rede de hospitais federais que ficam no Rio — uma herança dos tempos de capital federal — afeta todo o sistema público de saúde. Ontem, entre leitos de UTI e UI listados pelo Censo Hospitalar, 124 estavam livres; destes, 81 tinham sido reservados — sobravam 43.

Conta

Além de querer nacionalizar a disputa pela prefeitura de São Paulo, a campanha de Guilherme Boulos (Psol) tentará jogar na conta de Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição, parte da conta da política de privatizações do governador Tarcísio de Freitas (Rep).

Pato

Um dos membros do staff de Boulos afirma que, segundo pesquisas, boa parte da população paulistana vê as privatizações com muita desconfiança: os apagões da Enel só pioram o problema. Como Freitas é aliado de Nunes, o Psol quer que este também pague o pato.